

Também ganha. Município próximo aos campos

Estado que produz petróleo poderá ter mais verba da União

Modelo de repasses está em discussão no Congresso e garante dinheiro para Rio, São Paulo e Espírito Santo

BRASÍLIA

■ Os Estados e municípios que tiverem envolvimento direto com a exploração do petróleo do pré-sal poderão receber uma compensação especial pela exploração em seu litoral.

O tema está em estudo pela comissão interministerial que elabora o novo marco regulatório para as camadas ultraprofundas e significará beneficiar de cara os Estados do Rio, São Paulo e Espírito Santo, além dos municípios costeiros que ficam defronte aos campos.

Esses recursos viriam de uma parcela do que a União receberá no regime de partilha da produção, o que não implicaria a redução do que os demais Estados da federação teriam direito a levar de um fundo que distribuirá os recursos proporcionalmente para todo o país.

De acordo com uma fonte com trânsito no Palácio do Planalto, a estratégia é não denominar esses recursos como royalties, mas como compensação financeira por eventuais danos ambientais causados pela exploração do petróleo. Dessa forma, a proposta segue expressamente o que determina o artigo 20 da Constituição.

Também evitaria misturar esses recursos com a política de distribuição de royalties e Participação Especial (PE) em vigor para os poços do pós-sal, que segue o regime de concessão e não será alterada. Esse dispositivo estaria incluído no projeto de lei que define o marco regulatório do setor.

Além disso, o dinheiro seria carimbado, ou seja, só poderia ser utilizado para um universo



“Temos condições sim, não há outra empresa como a Petrobras. Não há quem tenha as mesmas características”

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI
PRESIDENTE DA PETROBRAS,
DEFENDENDO A CAPACIDADE
TÉCNICA DA ESTATAL



“O petróleo no pré-sal pertence à União, e a ideia é fazer uma divisão equitativa. No novo modelo haverá uma divisão dos royalties com todos os Estados do país”

EDISON LOBÃO
MINISTRO DA ENERGIA

restrito de ações, basicamente nas áreas social e urbana.

A medida seria uma forma de vedar o atual uso indiscriminado dos recursos de royalties e participações especiais em gastos correntes, como, por exemplo, calçamento e embelezamento de orlas por prefeituras.

CRITÉRIO

A falta de critério de gastos dos volumosos recursos arrecadados com o petróleo da Bacia de Campos levou os municípios do Rio a ganharem o apelido de “emirados fluminenses” em alguns ministérios.

O Rio e parte dos municípios abocanharam, em 2008, R\$ 10,3 bilhões em royalties e participações especiais, o equivalente a 45% dos R\$ 22,65 bilhões distribuídos pa-

ra todo o país.

A medida é encarada também como uma estratégia política para vencer as resistências de bancadas importantes no Congresso – como a fluminense e a paulista – em relação às novas regras de distribuição federativa da receita do petróleo. Assim, seria facilitada a tramitação dos três projetos que o governo pretende enviar até setembro com as novas regras do setor.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, adiantou esta semana que o governo pretende enviá-los sob regime de urgência constitucional, para tentar aprová-los na Câmara e no Senado em 90 dias. A proposta em costura se antecipa às pressões das unidades da federação, particularmente o Rio. (Agência Estado)